



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ORAL

### **Forma de concretizar a fiscalização aos planos de investimento não-jogo das seis concessionárias do jogo e às garantias dos respectivos trabalhadores**

A indústria do jogo tem recuperado de forma progressiva após a pandemia, mas a economia e o ambiente de emprego ainda estão longe de ser bons, e as micro e PME, na sua maioria, enfrentam dificuldades. Assim, os 130 mil milhões de patacas dos investimentos não-jogo das seis concessionárias, a efectuar num prazo de 10 anos, tal como previsto nos novos contratos, vão imprimir uma “vitalidade” importante para estimular o desenvolvimento económico local. Mas a sociedade ainda nada sabe sobre a calendarização desses planos e a forma da sua concretização e, mesmo tendo sido assumido, nos novos contratos, o compromisso de garantir o emprego dos locais e a sua ascensão profissional, é muito difícil, na realidade, para as PME e a população participarem nos planos, já para não falar do efeito multiplicador dos investimentos e da vitalidade que estes podem injectar na economia.

O Instituto Cultural (IC) afirmou que não precisava de assumir quaisquer despesas com o Desfile Internacional de Macau, que decorreu há pouco tempo, devido a uma cooperação mais estreita com as empresas de lazer neste ano, logo, não era conveniente divulgar o valor do orçamento, pois este envolvia investimentos de empresas privadas. Ora, mesmo não tendo o Instituto suportado as despesas do desfile deste ano, parece que o valor assumido pelas seis concessionárias do jogo faz parte dos investimentos não-jogo e, uma vez que estes consubstanciam os



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

compromissos assumidos nos contratos, o uso e a situação da concretização do respectivo orçamento devem ser tratados de forma equivalente à do erário público. O Governo tem a responsabilidade de divulgar, de forma aberta, os pormenores das despesas e deve ainda, através da fiscalização da sociedade, elevar a transparência e a eficácia. Como o Governo, pelo contrário, está a actuar à porta fechada, falta uma fiscalização prévia, intercalar e posterior da sociedade sobre os investimentos não-jogo, cujo valor é, em média, superior a 10 mil milhões de patacas por ano, os quais se transformaram em carteira privada do Governo para os seus planos e actividades. Esta situação em nada contribui para produzir um efeito multiplicador, mas antes para criar um ambiente concorrencial injusto.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Para além dos serviços públicos, as empresas de capitais integralmente públicos e as empresas de capitais públicos com influência dominante têm de publicar integralmente as informações sobre o uso do erário público, nos termos do Regime jurídico das empresas de capitais públicos. Os investimentos não-jogo concretizados pelas seis concessionárias nos termos dos contratos de jogo são a concretização de um compromisso fulcral para a obtenção da licença de jogo, e a aplicação do capital envolvido é, de facto, equivalente à do erário público, portanto, deve ser sujeita à fiscalização da sociedade. Tomando como exemplo o Desfile de Macau, qual foi a legislação que serviu de fundamento ao Governo para fugir ao direito do público à informação sobre os investimentos não-jogo? Para facilitar a fiscalização prévia, intercalar e posterior por parte do público e das entidades fiscalizadoras, nos termos da lei, o Governo vai definir mecanismos claros, para garantir que sejam divulgados,



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de forma atempada e detalhada, os dados sobre os investimentos das seis concessionárias do jogo nesta vertente? Vai também divulgar o ponto de situação da respectiva execução?

2. Tenho solicitado ao Governo a divulgação, quanto antes, dos planos anuais dos investimentos e dos rumos a seguir pelas seis concessionárias do jogo, e, com a participação destas e com a sua liderança, a disponibilização de uma plataforma sobre os concursos públicos e a avaliação das respectivas propostas, a realizar nos termos dos referidos planos anuais, para assegurar a devida aplicação dos investimentos e permitir a participação plena de todos os sectores da sociedade, promovendo verdadeiramente o desenvolvimento diversificado da economia de Macau. O Governo dispõe de algum plano para o efeito? Em caso negativo, como é que pode garantir que o público fique a conhecer, o mais cedo possível, o rumo dos investimentos não-jogo e lute, de forma justa, pela sua participação? Qual é o serviço responsável pela fiscalização e concretização dos planos não-jogo das seis concessionárias e pela avaliação do desempenho dos respectivos investimentos? Como é que se pode garantir que os resultados dos investimentos correspondam às expectativas? E quais são as respectivas sanções?

3. As concessionárias do jogo contrataram mais de 32 mil trabalhadores não residentes, entretanto, algumas despediram trabalhadores veteranos que não cometeram erros, sem lhes oferecerem qualquer opção de mudança de emprego; algumas despediram, sem justa causa, trabalhadores participantes nos “Planos Específicos de Emprego + Formação”, e algumas têm organizado feiras de emprego, mas não contratam locais, para conseguirem quotas para importação de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

trabalhadores não residentes. Mais, alguns residentes que estão à procura de emprego a tempo inteiro não conseguiram ser contratados depois de terem participado em várias entrevistas das concessionárias do jogo e acabaram por ocupar postos de trabalho a tempo parcial através de grupos intermediários, no WeChat, tornando-se complemento da mão-de-obra importada das concessionárias do jogo. Então, esta forma de actuação das concessionárias do jogo está em conformidade com os compromissos assumidos nos contratos de jogo? Ou seja, “garantir a estabilidade de emprego dos trabalhadores locais e criar condições para o incentivo da sua ascensão profissional”? Em caso negativo, o Governo vai acompanhar a situação e aplicar as devidas sanções, para os trabalhadores despedidos retomarem as suas funções e para cortar as quotas, a fim de as reduzir para a importação de trabalhadores não residentes por parte das concessionárias do jogo?

13 de Março de 2025

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lam U Tou**